

## **CURRÍCULO: OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR**

BLANK, Marcia<sup>1</sup>  
[blankmarcia@hotmail.com](mailto:blankmarcia@hotmail.com)

### **RESUMO**

O respeito à diferença é o anseio de toda a sociedade que busca trilhar um caminho de democracia plena, baseado em princípios de igualdade entre os cidadãos. Nessa perspectiva, a presente pesquisa tem como objetivo identificar no Projeto de Desenvolvimento Institucional da Faculdade de Alta Floresta, uma base curricular que contemple e respeite essa diversidade, oportunizando para isso o acesso e a permanência de acadêmicos que necessitam de atendimento educacional especializado. A metodologia utilizada tem como alicerce o estudo bibliográfico de teóricos que abordam o tema e, em especial, os documentos gentilmente cedidos pela (FAF). Tendo com pressupostos os estudos e a análise dos mesmos, conclui-se que a FAF apresenta, em seu Projeto de Desenvolvimento Institucional, meios que oportunizam a inclusão, dando, assim, condições de igualdade aos sujeitos que buscam viver numa sociedade onde possam exercer seu papel de cidadão, sem a demasiada ênfase em suas limitações, mas que valorizem dignamente suas capacidades.

Palavras-chave: Diferença. Inclusão. Projeto de Desenvolvimento Institucional.

## **CURRICULUM: THE INCLUSION SCHOOL'S CHALLENGES IN HIGHER EDUCATION**

### **ABSTRACT**

The diversity's care is the yearning of the whole society that seeks to tread a path full democracy, based on principles of equality among citizens. From this perspective, this research aims to identify the Institutional Development Project of the Faculty of Alta Floresta, a curricular base that includes and respects this diversity. The institution try offer the opportunity to access and permanence of the students who require specialized education. The methodology used founded bibliographic study of theoretical that address in particular the documents kindly provided by (FAF). Having assumptions with the studies and the analysis thereof, it is concluded that the (FAF) has in its Institutional Development Project, means that nurture the inclusion, thus giving a basis of equality to individuals who seek to live in a society where they can play their role citizen, without too much emphasis on its limitations, but worthily value their capabilities.

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) 2008 Com experiências nas séries iniciais e Ensino Médio na área de Humanas.

Keywords - Diversity. Inclusion. Institutional Development Project.

## INTRODUÇÃO

As intuições de ensino superior têm como função social produzir conhecimento, para promover o desenvolvimento da cultura, da ciência, da tecnologia e do próprio homem enquanto sujeito social, e neste contexto a pesquisa tem importante destaque, pois é uma atividade de investigação, avaliação crítica e de criação, sempre referenciada nos problemas e dificuldades do meio social, ou seja, a pesquisa é a alma da vida acadêmica, com princípio científico e educativo, desta forma, deve gerar conhecimento e promover a cidadania.

Com as constantes discussões sobre o processo de inclusão e diversidade, faz se necessário as IES que atendam essas demandas para assim formar uma sociedade realmente democrática, mais aberta, diversa, tornando o espaço universitário mais rico em aprendizagem e condizente com os anseios da população que atende.

O presente estudo, realizado com o intuito de refletir sobre o currículo da IES que precisa ser atualizado em relação ao processo de inclusão, pois o espaço acadêmico não é mais aquele homogeneizado, em que oportuniza acesso apenas àqueles indivíduos tidos como normais, pois cada vez mais as pessoas com algum tipo de necessidade especial têm buscado se firmar como sujeitos ativos na sociedade, tanto no mercado de trabalho como na sua identidade de cidadão, com direitos arduamente conquistados.

Na atual conjectura globalizada de valorização da diversidade, o objeto central desta pesquisa é levantar de que maneira ocorre a adaptação curricular na Faculdade de Alta Floresta FAF seguindo o paradigma da inclusão escolar. Partindo do estudo e do delineamento do atual currículo da FAF, aborda os principais desafios que esta possui em incluir alunos com alguma necessidade especial, além de identificar algumas adaptações necessárias no currículo para atender à inclusão de alunos que estão presentes no ensino superior da FAF e finalizar apresentando algumas reflexão sobre currículo e desenvolvimento humano, tendo como referência conhecimentos de Psicologia, Neurociências, Antropologia e Linguística. E assim, através do estudo e da reflexão acerca do currículo, identificar ações que oportunizem o acesso à educação superior de qualidade, através do processo de inclusão, o qual respeita as diferenças culturais, sociais e individuais, que podem configurar as necessidades educacionais especiais que todos podem ter, em

qualquer momento da trajetórias escolares e que, dependendo de como sejam vistas pela instituição educacional e seu entorno, podem colocar em situações de desvantagem.

O motivo do objeto de observação ser o currículo da FAF deve-se ao fato da mesma ser a Instituição de Ensino Superior, na a autora qual foi aluna, desencadeando, assim, a motivação em identificar no seu currículo uma abordagem inclusiva, levando em consideração a importância deste documento na construção do conhecimento pelos sujeitos envolvidos, pois é através dele que acontecem os processos de mudanças, e sabendo que a sociedade passa por constantes mudanças, a IES como um veículo socializador, deve ter um currículo que acompanhe essas mudanças principalmente ao que se refere à inclusão.

O presente artigo é fruto da investigação voltada para desvendar quais os desafios da inclusão escolar nas Instituições de Ensino Superior (IES) e de que forma isto é tratado no Projeto de Desenvolvimento Institucional da Faculdade de Alta Floresta FAF, através do estudo do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI).

## **2 O CURRÍCULO**

O primeiro registro encontrado do termo currículo foi no século XVII, sendo que era relacionado a um projeto de controle do ensino e da aprendizagem e das atividades práticas da escola, o currículo envolvia uma associação entre o conceito de ordem e método, visto como um instrumento para facilitar a administração escolar. No início dos tempos modernos, mais precisamente na Europa, junto como o surgimento da escola elementar, surgiu também o currículo, onde ambos tinham a função de atender às necessidades da burguesia que estava sendo constituída, ou seja, de maneira sistematizada o currículo surgiu com o objetivo atender à demanda de um determinado grupo que começava a emergir.

Ao se tratar do Brasil, foi nas décadas de vinte e trinta que o currículo teve início, sendo que não foi criado de acordo com os interesses da educação brasileira, mas sim recebido de uma forma passiva, modelos e programas já prontos, usualmente utilizados na Europa, desconsiderando o contexto da sociedade brasileira. É importante ressaltar que a IES no Brasil não foi criada para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era parte, mas pensada como aquisição de bem cultural e científica, sem com isso ter definições claras no sentido funcional como um espaço de investigação funcional como um espaço de investigação científica e de produção de conhecimento para o crescimento de uma nação com princípios democráticos e em especial de autonomia, livre de amarras que prendiam o Brasil aos próprios colonizadores. Assim, nessa perspectiva de um ensino

superior centralizado na manutenção de um sistema não democrático e puramente político na sua origem, segundo Cunha (1983), foi necessário percorrer um longo caminho tendo como desafio o ideal de universidade como palco de discussões sobre a sociedade, mas não em termos puramente teóricos sem sentido, e sim um espaço em que se fomente um pensamento crítico, de ideias, opiniões, posicionamento e também o encaminhamento de propostas e alternativas para a solução dos problemas que se apresentam num contexto social amplo.

Diante de tantas transformações ocorridas no país ao longo do tempo, tanto a IES como seu currículo passou por diversas mudanças, ora na criação de academias destinadas a formar, sobretudo, profissionais para atender ao Estado, em cursos direcionados à elite, ao produzir especialistas na produção de bens simbólicos, num palco secundário, profissionais de nível médio (Cunha, 1980).

Pode-se perceber através desse relato histórico a importância de não desvincular o currículo da formação histórica e social, ou seja, um currículo surge das necessidades sociais, tendo como preocupação tornar-se expressão do real, e como característica central o conhecimento científico, mas sem a frieza de respostas prontas e acabadas.

Com o surgimento da escolarização em massa, a organização do currículo se tornou necessária porque era preciso padronizar o conhecimento a ser ensinado para que as exigências do conteúdo fossem as mesmas. Essa organização deveria ser feita na proposta pedagógica de cada instituição de ensino, não deixando porém de levar em conta os princípios básicos da sua construção. Entre os princípios está o de não possuir neutralidade no seu desenvolvimento e como desde o início sempre privilegiar uma determinada cultura e, por isso, até mesmo atualmente há a necessidade de uma criteriosa análise e reflexão, por parte dos sujeitos envolvidos, pois é no currículo que se refletem todas as experiências em termos de conhecimento que serão proporcionadas aos alunos. Desta forma, mesmo sabendo que currículo evoluiu muito nos últimos anos, também é importante ressaltar que ainda há para ser feito, isso porque um bom planejamento e por consequência um bom currículo fazem com que o ensino se torne mais completo.

Ao conceituar currículo, ocorrem muitas divergências, porém o que se pode perceber é que essa discussão em torno do currículo é recente no âmbito pedagógico, isso porque geralmente essa discussão sempre foi atribuída aos comportamentos didáticos, políticos, administrativos e econômicos, porém, é preciso atentar que todos esses aspectos são interligados e responsáveis pela construção do currículo, sendo, desta maneira, de fundamental importância um olhar atento ao que se refere à prática curricular e à

complexidade que a envolve, isso porque o fazer pedagógico deve ter a excelência das mudanças e transformações sociais. Sacristán analisa o tema da seguinte maneira:

O currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas. (SACRISTÁN 2000 p.146)

Sendo assim, o currículo não deve ser visto apenas como um documento didático, pois seu aspecto tem grande abrangência do âmbito educacional e coincidentemente social, então essa relação significa uma organização das experiências humanas em benefício da prática educativa.

Ao se tratar do ensino superior, as primeiras instituições foram fundadas no Brasil em 1808 com a chegada da família real portuguesa ao país, até 1889, com a Proclamação da República, o ensino superior teve um desenvolvimento muito lento, pois visava à formação de apenas algumas pessoas que, ao assegurar um diploma profissional, oportunizava-lhes ocupar postos profissionais privilegiados e obterem prestígio social. Com esse interesse de formar uma elite no Brasil Colônia, só existiam alguns cursos superiores em geral literários e ligados principalmente à formação de sacerdotes. No início da República, era o governo que tinha o controle sobre o ensino, eram escolhidos, dessa forma o currículo contemplava uma grade e método voltado a atender uma clientela elitista específica.

No decorrer do tempo, não foram muitas as mudanças nas IES, mas vale ressaltar que, desde 1988, as IES estão passando por um acentuado processo de reformas, que se tornou mais consistente a partir de 1995, com a aprovação da Lei n.º 9.131, de dezembro de 1995, que reformulou o Conselho Nacional de Educação e redefiniu as bases da criação de novas instituições superiores, com o objetivo de expandir a qualidade para poder acolher à crescente demanda pelo ensino superior. Uma das principais transformações do ensino superior consistiu no fato de se destinarem também ao atendimento à massa e não mais exclusivamente à elite.

Atualmente as estruturas curriculares das IES envolvem vários aspectos, sendo assim os cursos podem ser configurados de diferentes maneiras, podendo ser seriados, semestrais ou anuais. As reformas que vêm ocorrendo proporcionaram o surgimento de instituições com diferentes incumbências institucionais e acadêmicas, reconhecendo então que diversidade é absolutamente indispensável para que o sistema de ensino superior cumpra seu papel na sociedade.

De acordo com o art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação superior tem por finalidade:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Sendo assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vem confirmar a necessidade e a responsabilidade da Educação Superior tratar das questões culturais e consequentemente das inúmeras diferenças e, assim, da inclusão.

### **3 O CURRÍCULO E O DESAFIO DA INCLUSÃO**

Em uma perspectiva atual, ao se tratar sobre o currículo, é preciso ter clareza da atual educação, porém deve ser vista no contexto socioeconômico e cultural, isso devido às grandes mudanças que vêm ocorrendo nos setores econômico, sociopolítico e cultural da sociedade. Torna-se, então, necessário compreender e ter sempre bem claro, de forma bem sucinta, que o currículo não é um lugar, mas sim um caminho a ser percorrido tendo como base uma história a ser contada, desta forma, toda a proposta vai conter uma aposta, que vai deixar em evidência que acredita na capacidade dos alunos, acreditando nas suas

potencialidades e em seu avanço educacional. Ou seja, toda proposta é situada, reflete o lugar de onde se fala e os valores que a constituem, bem como as dificuldades que se enfrenta. E Silva inspira ao dizer que:

O currículo está no centro mesmo da atividade educacional. Afinal, a escola não está apenas histórica e socialmente montada para organizar as experiências de conhecimento de crianças e jovens com o objetivo de produzir uma determinada identidade individual e social. Ela, de fato funciona dessa forma. Isto é, o currículo constitui o núcleo do processo institucionalizado de educação. (SILVA 1995 p.184)

Diante de todas as questões acerca do currículo, pode-se fazer um questionamento bastante interessante: “Como o currículo, afinal, tem sido concebido?”. Para responder a essa indagação, torna-se necessário ter uma visão simplificada de currículo. Inicialmente, tem-se a visão tradicional, dentro de uma perspectiva humanista, de cultura conservadora, após, a visão tecnicista, com alguns aspectos semelhantes à tradicional, mas com ênfase nas dimensões instrumentais e econômicas da educação, em seguida, vem a visão crítica, que é baseada numa análise da educação como instituição voltada para a reprodução das estruturas de classe da sociedade capitalista e o currículo, nesta visão, reflete e reproduz essa estrutura, então, finalmente, surge a visão pós-estruturalista, que enfatiza o currículo como prática cultural e como prática de significação, diante desta última definição, que é tão clara sobre o currículo, nem se torna necessário explicar a importância do respeito às diferenças e inclusão, seja em qual for a modalidade de ensino.

Diante das diferentes visões de currículo, vale destacar a de Filomena Moita, no seu artigo “Currículo, Conhecimento e Cultura”:

As teorias tradicionais privilegiam no currículo: ensino, aprendizagem, avaliação, metodologia, didática, organização, planejamento, eficiência e objetivos, onde fica visível a preocupação com questões de organização, enquanto que nas teorias críticas o currículo privilegia: ideologia, reprodução cultural e social, poder, classes sociais, capitalismo, relações sociais, libertação e currículo oculto (MOITA, 2001, p. 06).

Tudo isso só vem a confirmar, o que todos, apesar que de forma muitas vezes camuflada, já sabem ou deveriam saber que a educação sempre vai estar a serviço da sociedade, sendo que, desta forma, o currículo vai ser sempre também um modelo de cada cenário, conforme as circunstâncias de cada época. Desta forma, a função social das instituições de ensino pode, sim, ser efetivada através do currículo e, para que isso aconteça, é preciso que a instituição seja pautada em pressupostos inclusivos, que a tornem capaz de acolher a diversidade dos alunos, bem como definir conteúdos, metodologia e formas de avaliação levando em conta as diversas possibilidades de aprendizagem, tendo como propósito a formação de cidadãos críticos e ativos na construção de uma sociedade justa e, desta forma, democrática. Tudo isso vem a confirmar a necessidade de que o currículo da

instituição seja apreciado por todos, pois só assim é possível evidenciá-la como um espaço cultural e de socialização, ou seja, é através do currículo que se manifesta o seu valor, apresentando-se como um elemento importante de referência para analisar de fato a instituição como educacional e cultural, aquela que respeita as diferenças e consequentemente vivencia o processo de inclusão, possibilitando e favorecendo o acesso e proporcionando condições de permanência de todos, sem nenhuma forma de discriminação ou exclusão. Libâneo expressa isso muito bem:

[...] a escola contemporânea precisa voltar-se para as novas realidades, ligar-se ao mundo econômico, político e cultural, mas precisa ser um baluarte contra a exclusão social. A luta contra a exclusão social e por uma sociedade justa, uma sociedade que inclua todos passa pela escola e pelo trabalho dos professores. (LIBÂNEO 2001, p. 39)

O autor salienta a importância das instituições de ensino superior em considerar as propostas de inclusão, para que assim de fato exista uma sociedade democrática onde todos os cidadãos tenham direito ao exercício pleno de sua cidadania, e, para que isso ocorra, é preciso que eles sejam educados para conhecer, reconhecer e aceitar as diferenças e não para ignorá-las. É necessário então reconhecer que a educação é uma prática socialmente produzida, tornando importante também refletir sobre a docência como componente fundamental para a organização de qualquer instituição que busca ser democrática e com qualidade social. Isso porque o docente tem autonomia para refletir criticamente sobre sua prática e compreender e buscar soluções para as questões que ocorrem no processo de ensino aprendizagem podendo assim propiciar autonomia e emancipação para aqueles que são sujeitos desse processo. Desta forma, “o profissional do ensino, não é um técnico, um especialista, é, antes de qualquer coisa um profissional do humano, do social, do político”. Já segundo a visão de Sacristam.

A formação do professor não costuma ser das mais adequada quanto ao nível e a qualidade para que estes possam abordar com autonomia o plano de sua própria prática. Com certeza porque tecnicamente não esteja bem estruturada e desenvolvida, mas talvez também parta do pressuposto que tal competência possa ser substituída por outros meios. (SACRISTÁN 2000 p.31)

A visão de SACRISTÁN demonstra contrariedade, pois afirma a autonomia do docente em desenvolver sua prática pedagógica podendo assim torná-la significativa, apesar de também deixar claro que isso não ocorre devido a sua formação não oferecer competência e subsídios para isso. Mesmo assim o docente, como participante ativo da ação curricular, tem o dever de basear sua prática pedagógica nas ações culturais e sociais, ou seja, precisa, mesmo sem uma formação que lhe ofereça possibilitar isso, buscar esses subsídios e competências através de outros meios.



#### **4 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR**

As instituições de ensino superior têm responsabilidade de promover a cidadania sendo que conseqüentemente devem oferecer oportunidades e incentivar uma educação para todos. Agindo assim a instituição oportuniza às pessoas com alguma necessidade educacional especial a convivência com os demais, possibilita as trocas de experiências que se fortalecem a partir do apoio mútuo e, assim, essas pessoas têm seus projetos de vida concretizados. Diante do exposto, educação inclusiva se tornou um desafio para a educação superior, sendo que isso se deve em grande parte por ausência de políticas públicas que promovam uma efetiva educação inclusiva, porém efetivar ações educativas para os estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino superior é uma questão de cidadania e de democracia.

É muito importante levar em conta que ao se referir a pessoas com necessidades educacionais especiais, esta-se fazendo referência a pessoas com características diferentes, porém com capacidades e direitos, isso porque a sociedade define padrões, e quem não estiver de acordo com esses padrões é discriminado e estigmatizado, havendo até nos dias atuais dificuldade de aceitação no meio social, isso também ocorre na inserção dessas pessoas nas Instituições de Ensino Superior, onde são evidenciadas práticas sociais segregadoras até mesmo do acesso ao saber. Diante do exposto, pode-se perceber que o processo de inclusão é fundamental para a construção de uma sociedade democrática, isso porque a igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças só acontecem com a inclusão, rompendo assim com os movimentos de exclusão tão comuns na sociedade. Uma sociedade democrática precisa garantir a todos o acesso de forma contínua aos espaços sociais, que devem ser organizados para respeitar a diversidade humana e as diferenças individuais para assim promover a igualdade de oportunidades. Dentre esses espaços sociais estão as IES que precisam também se organizar de forma conjunta e totalitária para atender as diferenças e promover a inclusão. Vale destacar que a inclusão nas IES é papel de toda a comunidade acadêmica e não apenas de alguns docentes que são engajados no processo de inclusão.

Ao se tratar da inclusão nas IES não se pode deixar de ressaltar que esse desafio de inclusão passa por decisões que vão além dos muros das instituições, pois estas não podem ser as únicas responsáveis. São necessárias políticas públicas que ofereçam subsídios e garantam ações para o acesso e permanência desses estudantes. Veja-se o que Mantoan diz sobre esse assunto:

Resistimos à inclusão escolar porque ela nos faz lembrar que temos uma dívida a saldar em relação aos alunos que excluímos, por motivos muitas vezes banais e inconsistentes, apoiados por uma organização pedagógica escolar que se destina a alunos ideais, padronizados por uma concepção de normalidade e de deficiência arbitrariamente definida. (MANTOAN 2011p.78)

No processo de inclusão é muito importante salientar que o beneficiado não será apenas o indivíduo com algum tipo de deficiência, mas todos os envolvidos nesse processo, pois a convivência com a diversidade favorece a formação de novas relações e experiências que são indispensáveis para que ocorra o respeito ao próximo e consequentemente serão criados espaços para todas as diferenças sejam respeitadas, pois ao entender e compreender o outro, abre-se uma porta para que a outra pessoa também tente entender e compreender.

## **5 ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA FACULDADE DE ALTA FLORESTA**

Tendo em vista o interesse em analisar o Projeto de Desenvolvimento Institucional da FAF sobre a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais no Ensino Superior, pode-se estabelecer algumas considerações frente a estas questões.

A concepção de educação inclusiva deve buscar contemplar a atenção para as diferentes necessidades decorrentes de condições individuais como, por exemplo, algumas deficiências, econômicas ou socioculturais, dos alunos. O termo necessidades educacionais especiais é frequentemente utilizado nos documentos oficiais e coloca ênfase nas ações que a instituição devem promover para responder às diferentes necessidades dos alunos. Pode-se observar que tanto os alunos com necessidades especiais quanto os outros alunos ganham com essa convivência, e não há registros de quaisquer efeitos adversos com relação aos processos de aprendizagem ou de socialização. Tais efeitos, no entanto, são perceptíveis quando alunos deficientes são simplesmente matriculados e passam a frequentar uma instituição, sem que haja um ambiente que acolha e valorize as diferenças. É importante ressaltar que a Constituição Federal e a legislação decorrente trouxeram mudanças importantes que garantiram os direitos individuais e coletivos para efetiva inclusão social das pessoas com deficiência. E nessa perspectiva, a FAF, como espaço de produção científica, precisa debater sobre o processo de inclusão de uma forma mais ampla, mas esse é um desafio que está começando nas instituições de ensino superior. Nessa perspectiva, as IES devem se atentar para:

Políticas públicas e privadas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por

todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade. (GOMES 2001 p. 21)

Desta forma, não somente as IES, mas também o Estado, passam a atuar na busca de alternativas, através das políticas sociais, para o acolhimento dos interesses das minorias e a tratá-las na sua peculiaridade.

De acordo com Projeto de Desenvolvimento Institucional da FAF, no subtítulo “A Responsabilidade Social da Instituição”, apresenta-se como meta a ser alcançada em relação à inclusão o seguinte:

Ampliação das ações direcionadas à inclusão social, incluindo-se o atendimento a pessoas deficientes, educação das relações étnico-raciais, ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e o estatuto do idoso; Consolidar a política de contratação de funcionários com necessidades especiais. (PDI. FAF p.18)

Ao analisar o PDI da FAF, evidencia-se uma realidade já esperada, que revela a pouca atenção dedicada ao processo de inclusão, já esperada porque, como já relatado a questão da inclusão de alunos com algum tipo de necessidade especial é pouco debatido nas IES. As transformações necessárias para a implementação de um sistema educacional inclusivo têm sido amplamente debatidas no cenário da educação básica, mas isso ainda não está acontecendo no ensino superior. Conforme os níveis de escolarização se elevam, as discussões e as práticas educacionais voltadas à inclusão se tornam escassas, e, quando ocorrem, o tema da educação inclusiva volta-se para a questão da inclusão social das camadas mais pobres da população como, por exemplo, as cotas para estudantes negros ou afro-descendentes. Desta maneira, desaparecem os estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais especiais. As políticas, informações e orientações não são suficientes para a mudança de atitude dos educadores e dos alunos frente às minorias, seus alvos potenciais. O preconceito é uma defesa que impede a experiência e agrava o relacionamento, pois o preconceito é um assunto imprescindível de ser considerado ao abordar o tema da educação inclusiva.

Apesar de todos esses obstáculos no processo de inclusão nas IES, não se pode deixar de ressaltar que existem algumas iniciativas isoladas que buscam incentivar a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais nos cursos superiores. Assim como nos demais níveis de ensino, trata-se de assumir o debate proposto a partir da inclusão, para repensar modelos e objetivos educacionais também no ensino superior e encarar as questões da flexibilização do currículo, da aplicação das provas especiais como forma alternativa de avaliação para que os alunos marginalmente incluídos se tornem apenas dados estatísticos de ingresso, mas permanecem desprovidos de atenção.

É preciso ter clareza de que a educação inclusiva pressupõe a participação coletiva na decisão das questões da sala de aula e da instituição escolar bem como a necessária flexibilidade na utilização dos recursos institucionais, humanos e materiais. Mesmo considerando a especificidade das disciplinas, pode-se partir do pressuposto de que todos os professores necessitam de um apoio institucional para realizar tais flexibilizações e mudanças, e, nesse sentido, é fundamental que os objetivos ligados a cada curso nas IES estejam claros a todos aqueles que participam do seu desenvolvimento.

Outro ponto importante a se ressaltado tanto PDI da FAF quanto das outras IES é acerca da estrutura física, no que tange à melhoria do acesso aos diferentes pavimentos das edificações; um bom exemplo a citar é o espaço que muitas vezes não há acessibilidade a usuários de cadeiras de rodas. Isso ocorre com frequência em razão de as IES terem edificações de um passado ainda recente em que a acessibilidade não estava no centro dos debates, tampouco nas concretizações arquitetônicas. Mas a acessibilidade aos espaços deve ser um compromisso de todo gestor, engenheiro, arquiteto, educador e demais profissionais.

Um dos fundamentos da educação inclusiva é a igualdade, mas deve-se ter clareza que igualdade não significa tornar igual, “não é nivelar nem uniformizar o discurso e a prática, mas exatamente o contrário: as diferenças, em vez de inibidas, são valorizadas.” Santos (2006, p.12). Desta forma, a educação inclusiva busca como princípio básico:

A minimização de todo e qualquer tipo de exclusão em arenas educacionais e, com isso, elevar ao máximo o nível de participação, coletiva e individual, de seus integrantes. Baseadas nestes ideais democráticos, as propostas inclusivas são revolucionárias, pois almejam incondicionalmente, uma estrutura social menos hierarquizada e excludente, tendo como base o argumento de que todos têm o mesmo valor, pelo simples fato de sermos humanos. E que, por isso mesmo, todos precisamos ser considerados e respeitados em nossa maneira subjetiva e única de existir. (SANTOS 2006 p.12)

Sendo assim, a essência de toda a proposta de inclusão é a participação, por isso é possível definir inclusão no ensino superior como sendo todo o aparato que tenha vistas à limitação do processo de exclusão bem como à maximização da participação do universitário dentro do processo educativo e científico, afastando-se, assim, toda espécie de barreira para o desenvolvimento do conhecimento.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O novo desafio das Instituições de Ensino Superior é a presença de pessoas com necessidades educacionais especiais, que ocasiona a necessidade da construção de um espaço inclusivo nessa modalidade de ensino, sendo que essa construção não acontece por

meio de uma padronização, mas através da experiência e do reconhecimento das diferenças. No cotidiano da sala de aula, a participação de pessoas com algum tipo de necessidade educacional especial pode ofertar uma contribuição positiva para os demais alunos, por propiciar uma reflexão sobre as práticas educacionais, o que leva à flexibilização e à reinvenção das mesmas. Sendo que, através das análises do Projeto de Desenvolvimento Institucional da FAF, pode-se concluir que a instituição passa por esse processo de construção de um espaço inclusivo físico e pedagógico assim como as demais IES brasileiras. E, para que a inclusão se torne realidade, é necessário que seja revista uma série de obstáculos, que vão além da política, práticas pedagógicas e dos processos de avaliação.

Esses obstáculos estão relacionados à necessidade de conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo de forma individualizada. Um ponto muito importante que precisa também ser revisto no ensino superior é a implementação de uma avaliação inclusiva e diversificada, onde sejam oferecidas várias oportunidades e formas diferentes de o aluno mostrar como está se saindo ao longo do processo de ensino aprendizagem, ou seja, a avaliação deve ter como ênfase o desenvolvimento e aprendizagem do aluno, em que a mesma seja entendida como processo permanente de análise das variáveis que interferem no processo de ensino e aprendizagem, para identificar potencialidades e necessidades dos alunos e condições da IES para atender tais demandas.

Conclui-se que não existe uma proposta pronta e acabada de inclusão que possa ser multiplicada, pois cada instituição tem suas particularidades no seu Projeto de Desenvolvimento Institucional, no entanto, chega-se ao consenso que esse processo é de responsabilidade de toda a sociedade e, portanto é preciso que a IES esteja receptiva a sugestões, favorecendo, assim, as trocas para a construção do processo de inclusão. E que para o processo de inclusão é preciso que haja uma transformação no sistema de ensino que venha a beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta a especificidade do sujeito e não mais as suas deficiências e limitações.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília : 1996.

CUNHA, L.A.A **Universidade Temporã**.O Ensino Superior da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 1980.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa; SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da. **As Ações Afirmativas e os Processos de Promoção da Igualdade Efetiva**. I 2001.

MOITA, Filomena Ma. G. da S. Cordeiro **Currículo, Conhecimento, Cultura, Estabelecendo Diferenças, Produzindo Identidades**. In Biblioteca Online de Ciências da Comunicação - Lisboa: BOCC, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. 3. ed. Revista e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIMA, Michelle Fernandes. **A Função do Currículo Escolar no Contexto Escolar**. 1. ed. Editora: Ibpx, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar Pontos e Contrapontos**. 1.ed. Summus Editorial, 2010.

MARTINS, Josemar da Silva & LIMA, Aurilene Rodrigues. **Educação com o Pé no Chão do Sertão**. Fundação Abrinq, 2001.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. **Reformas e Democratização da Educação Superior**. 15. Ed. Editora: Idéias & Letras, 2011.

SACRISTAN, Gimeno. **O Currículo, uma Reflexão sobre a Prática**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

SANTOS, Mônica Pereira dos. **Inclusão em Educação: Culturas, Políticas e Práticas**. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Tomás Tadeu. **Territórios Contestados – O Currículo e os Novos Mapas políticos e culturais**. Petrópolis, Vozes, cap. 8. 1995.

STAINBACK, Susan Willian. **Inclusão: Um Guia para Educadores**. Porto Alegre : Artmed, 1996.

VASCONCELOS, Maria Lúcia M. Carvalho. **A formação do Professor do Ensino Superior**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 2001.